

# Sistema da Prefeitura vai fiscalizar uso irregular de moradia popular

Nova plataforma busca ampliar controle sobre imóveis sociais e coibir desvios

Divulgação/SampaNews/Prefeitura de SP

A Prefeitura de SP lançou um novo edital para contratar o desenvolvimento e a implantação de uma plataforma digital voltada à auditoria de imóveis populares construídos com incentivos municipais.

A iniciativa ocorre cerca de um ano após uma tentativa anterior, que não chegou a ser implementada e teve o contrato encaminhado para rescisão.

A proposta da nova licitação é criar uma solução tecnológica capaz de automatizar processos de fiscalização e ampliar o controle sobre unidades classificadas como Habitação de Interesse Social (HIS) e Habitação de Mercado Popular (HMP). O resultado do certame está previsto para 20 de maio, e a expectativa é que o sistema entre em funcionamento já no segundo mês de execução contratual.

O tema ganhou relevância após denúncias de uso indevido dessas moradias por famílias com renda superior à permitida. Casos desse tipo foram levados ao Judiciário pelo Ministério Público e também passaram a ser investigados por uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara Municipal. Há registros de ocorrências em áreas valorizadas da cidade, como Itaim Bibi e Pinheiros. Dados do setor imobiliário indicam que imóveis dessas categorias representam atualmente a maior parte dos lançamentos, alcançando cerca de 75% do total.

Levantamentos técnicos da própria administração municipal apon-



A expectativa é que o sistema entre em funcionamento no 2º mês de execução contratual

taram fragilidades no modelo atual de fiscalização. Um estudo preliminar identificou a ausência de uma estrutura integrada e eficiente para monitoramento dessas unidades. Segundo o diagnóstico, a Secretaria Municipal de Habitação opera com múltiplos sistemas e bases de dados, o que dificulta a consolidação de informações e o acompanhamento adequado das políticas públicas.

Em documentos internos, áreas técnicas destacaram a necessidade de modernização da infraestrutura tecnológica, alertando que a falta de atualização pode comprometer a

capacidade de gestão do município no setor habitacional. A avaliação reforça a justificativa para a contratação de uma nova plataforma.

De acordo com a prefeitura, medidas recentes vêm sendo adotadas para ampliar o controle sobre a destinação dos imóveis, incluindo a publicação de normas que exigem maior transparência sobre o caráter social dos empreendimentos.

A gestão também informou a abertura de 934 processos administrativos para investigar possíveis irregularidades envolvendo mais de 159 mil unidades habitacionais.

Até o momento, 24 empreendimentos foram penalizados, com aplicação de multas que somam R\$ 7,7 milhões. Outros 26 casos ainda estão em fase de análise de defesa. As apurações envolvem situações em que imóveis destinados a famílias de menor renda teriam sido comercializados ou utilizados de forma incompatível com as regras.

O novo contrato previsto no edital tem valor estimado em R\$ 51,8 milhões, com duração de dois anos. A empresa ou consórcio vencedor será responsável por dar continuidade ao desenvolvimento

da plataforma, além de realizar sua manutenção e operação.

Entre as funcionalidades previstas estão mecanismos de busca para identificação de unidades HIS e HMP, possibilidade de anexação de documentos de compra, venda ou locação, registro de justificativas para alterações contratuais e cruzamento de dados entre novos imóveis e bases já existentes. O sistema também deverá permitir a vinculação de unidades a investidores e a geração de relatórios detalhados sobre a situação dos imóveis.

A rescisão do contrato anterior ocorreu após questionamentos envolvendo a empresa vencedora da licitação, incluindo possíveis conflitos de interesse. A Prefeitura afirmou que o processo de contratação seguiu as regras legais e que a rescisão ainda depende de análise da Controladoria Geral do Município.

Na cidade de SP, imóveis enquadrados como HIS e HMP são produzidos pela iniciativa privada com incentivos públicos e destinados a faixas específicas de renda.

As unidades HIS-1 atendem famílias com renda mensal de até três salários mínimos, enquanto HIS-2 contempla rendas de três a seis salários mínimos. Já as HMP são voltadas a famílias com renda entre seis e dez salários mínimos.

Pela legislação, esses imóveis devem manter sua destinação social por um período mínimo de dez anos, sendo usados apenas por famílias que se enquadrem nos critérios.

## Projeto propõe terapia do riso na saúde da capital

Guilherme Oliveira / REDE CÂMARA SP

Um projeto de lei em tramitação na Câmara Municipal de São Paulo propõe a criação de um programa de terapia do riso na rede pública de saúde. A iniciativa tem como objetivo ampliar a humanização do atendimento e contribuir para o bem-estar emocional de pacientes atendidos pelo sistema municipal.

A proposta prevê a realização de atividades baseadas em técnicas de humor terapêutico, como intervenções artísticas e práticas conduzidas por profissionais capacitados. A participação dos pacientes deverá ser voluntária, respeitando as condições clínicas e preferências.

Entre os principais pontos do projeto está a possibilidade de implementação das ações em hospitais e unidades básicas de saúde. O texto também abre espaço para parcerias com organizações da sociedade civil e grupos especializados, para continuidade e qualidade das atividades.



Proposta prevê ações com técnicas de humor terapêutico

A terapia do riso é utilizada como ferramenta complementar no cuidado à saúde, com potencial para reduzir estresse, ansiedade e impactos emocionais associados a tratamentos médicos. Experiências semelhantes já foram adotadas em outras regiões, com foco na melho-

ria do ambiente hospitalar e na promoção de relações mais acolhedoras entre pacientes e profissionais.

Caso seja aprovado, o projeto deverá estabelecer diretrizes para a implementação do programa, integrando ações de cuidado emocional às políticas públicas de saúde.

## Carreata de motoristas pressionada contra Lei

Motoristas de aplicativos realizaram uma carreata na manhã desta terça-feira (14) em São Paulo contra o projeto de lei que propõe a regulamentação do transporte individual privado de passageiros e serviços de entrega. O ato percorreu vias importantes da capital, como a Av. Luís Carlos Berrini e Av. dos Bandeirantes, com concentração na Praça Charles Miller, no Pacaembu.

De acordo com autoridades de trânsito e segurança, cerca de 100 veículos participaram da mobilização, que foi acompanhada por equipes responsáveis pela organização viária e policiamento. Não houve registro de incidentes graves até o momento.

O projeto em discussão tramita na Câmara dos Deputados e enfrenta resistência entre trabalhadores do setor. A proposta estava prevista para ser votada nesta terça-feira, mas acabou retirada da

pauta na noite anterior, após solicitação de um líder governista.

Motoristas afirmam que o texto prioriza interesses das plataformas digitais e não contempla garantias consideradas essenciais pela categoria, como remuneração mínima, critérios mais claros para bloqueios e maior segurança no exercício da atividade. Entre as principais críticas estão a ausência de mecanismos de proteção ao trabalhador e a falta de participação efetiva dos profissionais na construção da proposta.

Representantes do setor também apontam preocupações com possíveis impactos econômicos das medidas previstas. Entre os pontos debatidos estão a fixação de valores mínimos para serviços e limitações nas taxas cobradas pelas plataformas, o que, segundo entidades, pode afetar o equilíbrio entre oferta e demanda, além da renda dos trabalhadores.